

DISCUTINDO O AFROEMPREENDEDORISMO E A EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS E IMPACTOS SOCIAIS

DISCUSSING AFRO ENTREPRENEURSHIP AND EDUCATION: REFLECTIONS ON SOCIAL CONCEPTS AND IMPACTS

Lívia Barbosa Pacheco Souza¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo compreender o desenvolvimento do afroempreendedorismo como uma estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade econômica e social da população negra, sendo esta, o segmento social mais afetado pelas transformações do mercado de trabalho. A pesquisa tem como proposta analisar o perfil socioeconômico e cultural do grupo, as suas motivações para empreender e o significado atribuído a essa modalidade de inserção e como estes processos impactam no desenvolvimento educacional para essa população. Em relação ao percurso metodológico partiu-se, do formato de pesquisa bibliográfica- exploratória, a fim de conhecer os conceitos e elencar categorias de análise da base teórica que auxiliou a reflexão do objeto proposto. Para que entendamos a importância da articulação entre o afroempreendedorismo e a educação, levando-se em consideração as questões históricas e o posicionamento social da população negra na sociedade brasileira.

567

Palavras-chave: Afroempreendedorismo. Educação. População negra. Trabalho.

ABSTRACT: This article aims to understand the development of Afro-entrepreneurship as a strategy to face the economic and social vulnerability of the black population, which is the social segment most affected by changes in the labor market. The research aims to analyze the socioeconomic and cultural profile of the group, their motivations to undertake and the meaning attributed to this type of insertion and how these processes impact the educational development for this population. In relation to the methodological course, we started with the bibliographic-exploratory research format, in order to know the concepts and list categories of analysis of the theoretical basis that helped the reflection of the proposed object. So that we understand the importance of the articulation between Afro-entrepreneurship and education, taking into account the historical issues and the social position of the black population in Brazilian society.

Keywords: Afropreneurship. Education. Black population. Job.

¹Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos pelo NEIM UFBA; Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pelo NUCUS UFBA; Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela UNIAFRO UNILAB; e discente da Licenciatura Plena em Pedagogia da UNEB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>.

INTRODUÇÃO

Quando analisamos o conceito sobre afroempreendedorismo, mais do que necessário entender estas expressões, é saber que o que a compõem são os processos que estão voltados para as relações raciais, de desigualdade e exclusão social, que estão intrinsecamente ligados com os assuntos de empreendimento. Sendo que a primeira vez e de forma oficial em público que foi dito sobre a existência de desigualdade racial no Brasil foi em 1996, no discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de abertura do seminário Multiculturalismo e Racismo. (CARDOSO, 1997). Por isso, no levantamento do SEBRAE (2017), é apontado que a população branca geralmente está empreendendo em atividades lucrativas e especializadas, já a população negra, em sua maior parte, estão empreendendo em atividades mais simples como ambulantes, pesca e cabeleireiras.

Ou seja, apesar do afroempreendedorismo ser como forma de resistência e sustentação da população negra, seja contra o racismo ou as desigualdades sociais, é interessante pensarmos que para ser um “afroempreendedor” é necessário se “educar, capacitar, profissionalizar, formar” já que as oportunidades deste mercado de “oportunidades” passa a escolher quem têm qualificação e minimizar aqueles que não a possuem. (LEMOS, 2019). É nesse sentido, a educação cria uma divisão entre os qualificados para determinados setores daqueles que não são, que irão trabalhar mais e ganhar menos. Ou seja, naturalizando que a população que tenha a maior vulnerabilidade e dificuldade de empregabilidade, busque formas alternativas e hoje ditas empreendedoras para poder buscar a sua sobrevivência dentro da estrutura social capitalista. (LEMOS, 2019)

Nesse sentido, o presente artigo objetiva analisar o desenvolvimento do afroempreendedorismo como uma estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade econômica e social da população negra, sendo esta, o segmento social mais afetado pelas transformações do mercado de trabalho, considerando como pano de fundo, as desigualdades sociais e raciais enfrentadas por esta população entre a inserção nos processos de desenvolvimento educacional. Para tal, usa-se o método de pesquisa bibliográfica- exploratória, a fim de conhecer os conceitos e elencar categorias de análise da base teórica que auxiliou a reflexão do objeto proposto. Destacando a importância da articulação entre o afroempreendedorismo

e a educação, levando-se em consideração as questões históricas e o posicionamento social da população negra na sociedade brasileira.

1. AFROEMPREENDEDORISMO: ENTRE OS PROCESSOS HISTÓRICOS E A ATUALIDADE SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS.

Para iniciar o diálogo sobre afroempreendedorismo, se faz necessário entender o conceito e algumas expressões sobre este tema, assim, como discutir os processos que estão voltados para as relações raciais, pois, ambos processos estão ligados, sendo de grande importância para compreender processos de desigualdade e exclusão social, como apontado pelo autor Lineker Teixeira (2017). Para esse autor as questões de desigualdades em relação a diferenciação da raça está intrinsecamente ligado com os assunto da economia, e nos lembra a primeira vez que uma entidade política reconheceu de forma oficial em público a existência de desigualdade racial no Brasil foi em 1996. No discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de abertura do seminário Multiculturalismo e Racismo, afirmando que “nós, no Brasil, de fato convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito [...], a discriminação parece se consolidar como alguma coisa que se repete, que se reproduz” (CARDOSO, 1997, p. 14-16).

Assim, na virada do século, a questão de ações afirmativas, passam a serem discutidas nas agendas nacionais e internacionais, a partir da 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada na África do Sul em 2001 (LOPEZ, 2012; TEIXEIRA, 2017, p. 15). Já no Brasil, durante o governo Lula, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como missão a gestão e estratégias contra as desigualdades raciais, com ênfase na população negra. Ou seja, a partir da criação dessa Secretaria, foi que houve um real reconhecimento sobre os problemas de desigualdade racial no Brasil, com denúncia feita ao longo das ultimas décadas pelo Movimento Negro, que desencadeou, por exemplo, as implementações das cotas raciais em universidades públicas (LIMA, 2010; TEIXEIRA, 2017)

Segundo Domingues (2007) no século XXI se iniciou uma nova fase para as relações raciais no Brasil, justificado no crescimento do movimento hip-hop, principalmente por ser um movimento cultural inovador e que fala a linguagem da periferia rompendo com os

discursos vanguardistas das entidades negras tradicionais. (DOMINGUES, 2007). É através deste movimento que as expressões da rebeldia negra com o intuito de luta contra as injustiças, desigualdades e violências contra a população negra. É importante destacar brevemente sobre estes processos, pois, eles foram o início que envolveu militância, protestos, arte e empreendedorismo preto, como pondera o autor, foi a partir desse apanhado histórico da trajetória da população negra depois da abolição em 1888, quando a população civil começa a entender era necessário lutar pelas oportunidades desiguais de ascensão social, que também se fizeram presente na história do Brasil nas últimas décadas, determinando as desigualdades no processo de inclusão e mobilidade econômica. Sendo assim, saindo deste contexto histórico e pensando na contemporaneidade, assim como as conquistas e superações que a população negra tem avançado, podemos assim entender e contextualizar o afroempreendedorismo como ferramenta de resistência e oportunidade. (TEIXEIRA, 2017, p.27)

A autora Ana Passos (2020), na sua tese sobre “A socialização da população negra no pós-abolição de não trabalhadores assalariados a afroempreendedores”, destaca que ao longo da história da população negra no Brasil, essa população atravessou diversos empasses para manter sua sobrevivência, dada a dificuldade de inserção no mercado de trabalho forma, com boa remuneração e condições salubres. (PASSOS, 2020). Dessa forma, a uma década descobriram no empreendedorismo uma possível maneira de reprodução, para sobrevivência e autonomia financeira, sendo também, uma forma de afrontar o racismo, mesmo que estes espaços de empreendedorismo, não os deixem ilesos do racismo e desigualdades que estão incrustados na estrutura da sociedade. Dessa forma a autora destaca que, “o trabalho precarizado atingia a população negra antes mesmo de reestruturar o mundo do trabalho, um exemplo disso é a atividade como autônomos(as) que desde o período colonial a população negra encontrou na ocupação como autônomas uma maneira de sobrevivência”.(PASSOS, 2020, p. 82). Este formato desingual se estende até os dias de hoje, desencadeando um outro desafio, quando se hegemoniza para todo o conjunto da classe trabalhadora, os trabalhadores(as) negros(as) se veem em desvantagem aos autônomos(as) brancos(as). (PASSOS, 2020, p. 82)

Figura 1 – Negras cozinheiras, vendedoras de angu- Jean Baptiste Debre



Fonte: DEBRET, 1834

Figura 1 – Negros vendedores de fruta com o colar ferro para punição ao negro que tinha vicio de fugir - Jean Baptiste Debre



Fonte: DEBRET, 1834

Ambas as figuras 1, 2 são obras pintadas pelo francês Jean-Baptiste Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, neste período ele conseguiu registrar, em dezenas de aquarela e em notas o que acontecia no Brasil nas zonas rurais, urbanas nas cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio grande do Sul, seus desenhos, aquarelas e textos foram publicados na Europa em 1834 e 1839, com o titulo “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1816-1831. (RODRIGUES, 2016). Sobre as pinturas a autoras destacam

que são registros de diversas atividades comerciais, no século XIX, como a venda de caldo de cana, garapa, capilé de folha de avenca e o angu cozido.

Passos (2020) destaca que, além das cozinheiras de angú, tem outras mulheres com gamelas na cabeça e trouxas nas mãos, formando assim um comércio de ambulantes, que com o passar do tempo começa a ganhar força no Brasil depois da chegada da família real em 1808, formado por negros escravizados. (PASSOS, 2020). Que atualmente, correspondem a 49% das empreendedoras do país, o que significa que a ocupação autônoma está principalmente vinculada à os negros como maneira de sobrevivência, e mesmo depois da institucionalização do trabalho livre é a população que esteve na informalidade e, após a reestruturação produtiva, foi a mais afetada pelos mecanismos da precarização. (PASSOS, 2020, p. 83).

Portanto, é importante recordar a história da população negra inserida na informalidade, que eram formas de sobrevivência, sendo um momento de estruturação das relações da população negra com o mundo do trabalho. Sobre esse período, as autoras ressaltaram que “no entanto, os afroempreendedores hoje correspondem a 50% dos empreendedores do Brasil (SEBRAE, 2015, p.11), e isso, portanto, é uma herança histórica, na qual o empreendedorismo acompanha a população negra desde o período colonial, como podemos ver nas figuras acima. Partindo destes pressupostos a autora Ana Santos (2021), define afroempreendedorismo como “uma prática da economia criativa, que objetiva a geração de trabalho, renda e transformação social dentro das vertentes de mídia, música, patrimônio material e imaterial e inovação técnica”. (SANTOS, 2021, p. 71). Para ela, essa atividade pode ser caracterizada como uma forma de empreender, que é desenvolvida por pessoas negras que está ancorada no resgate da ancestralidade negra e na valorização das culturas e tradições afro-brasileiras. (SANTOS, 2021).

Ela também aponta como exemplo o afroempreendedorismo nas redes sociais, que é entendido como uma atividade que se encaixa na vertente de mídia, redes sociais se configuram nas plataformas para produção e divulgação de conteúdo. Que, recentemente, o trabalho com essas plataformas construiu um mercado de trabalho particular, reconhecido como o mercado da influência, ou influence digital. (SANTOS, 2021, p. 72). Já, segundo a autora Natalia Oliveira (2021), em relação às pesquisas realizadas no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Global Entrepreneurship Monitor

(GEM), o empreendedorismo negro e o afroempreendedorismo são sinônimos, que são usados para fazer referência ao empreendedor afro-brasileiro, ou seja: (OLIVEIRA, 2021, p. 45)

Assim, o afroempreendedorismo será visto aqui como o empreender do negro que busca, por meio do seu trabalho, valorizar a cultura negra por meio de um comércio que dá visibilidade a esta e que nela se apoia. Em termos mais claros, os afroempreendedores se diferenciam dos empreendedores autodeclarados negros por representarem um segmento que une o ativismo social contra o racismo por meio das relações de consumo. No segmento do turismo, falar em afroempreender é discutir a construção de um turismo empreendido por negros que se baseia na construção de narrativas afrocentradas, ou ainda de hospedagens, experiências e vivências que permeiam a cultura negra. (OLIVEIRA, 2021, p. 45).

Ou seja, o afroempreendedorismo, apesar de ser um tema pouco estudado na academia, tem ganhado destaque apenas nos últimos anos (OLIVEIRA, 2019). No turismo, os estudos que citam afroempreendedores tem como foco a pauta racismo, imbuída na motivação para abertura de uma empresa da área (DOMINGOS, PIMENTEL, & QUEIROZ, 2018), tema relevante para compreender o surgimento do setor. Assim, pensar no afroempreendedorismo é discutir como o empreender a cultura negra, e assim, fortalecer em um ecossistema de produção de negros para negros, essa ideia de cadeia é chamada de Black Money. (OLIVEIRA, 2021, p.73)

2. A EDUCAÇÃO COMO PONTE DO AFROEMPREENDEDORISMO: LEI Nº 5.447/15 E A FORMALIZAÇÃO DO PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO NEGRA NA CONTRIBUIÇÃO PARA A INDÚSTRIA CRIATIVA

O afroempreendedorismo também surge para isso: incluir, nomear, pensar projetos de acesso e estruturas de trabalho para a população negra. O afroempreendedorismo considera principalmente o desenvolvimento social e econômico, justamente porque a população negra em geral sempre esteve marginalizada, fora do círculo econômico formal. Romper essa barreira, reconhecer e incentivar o afroempreendedorismo é uma maneira de formalizar o protagonismo, a criatividade e o trabalho da população negra. (LEMOS, 2019, p. 864)

Segundo Teixeira (2017), o empreendedorismo negros, só passou a ser legalizado e ganham força, com a criação da legalizada no Distrito Federal a partir de 2015 com a Lei n. 5.447, de 12 de janeiro de 2015, e regulamentada pelo Decreto no 36.680, de 18 de agosto de 2015 (vide Anexo A), que institui o Programa Afroempreendedor na capital federal (DISTRITO FEDERAL, 2015; TEIXEIRA, 2017, p. 35). Ou seja, essa lei objetiva fortalecer o empreendedorismo na população negra, focando na produtividade e iniciativas no âmbito

da economia criativa, da economia solidária, cooperativismo e do setor de serviços (NOCKO, ROLIM, ROSA & GUIMARÃES, 2016). Nesse sentido, o autor ressalta sobre esta lei, que em novembro de 2016, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) desenvolveu o estudo sobre “Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal”, destacando a contribuição com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH).

Para assim traçar qual o perfil do afroempreendedor, constatando que, apesar da maioria da população ser negra, o empreendedorismo ainda é uma atividade de maioria não negra em regiões elitizadas, sobre este ponto o autor Nocko, (et al, 2016), destaca que:

O estudo ainda identifica duas categorias de empreendedores: os formalizados que são aqueles que se lançam em tal atividade por oportunidade, em sua maioria empregadora, com um alto nível de qualificação e renda. E do outro lado existem os trabalhadores por conta própria não formalizados, que parecem estar mais associados à necessidade de conseguir renda do que de uma oportunidade de empreender (NOCKO et al., 2016, p. 33).

Estes dados, assim como, as porcentagens nos ajudam a entender como funciona a distribuição racial em relação a estas atividades, que Lima (2010) destaca a importância de estudos de desigualdade racial estar articulado com estudos de classe. Ou seja, seria impossível analisar o afroempreendedorismo sem passar pela história sobre raça, racismo e escravidão, pois foram estes processos que formularam este sistema de empreendedorismo preto.

Apesar do afroempreendedorismo ser pensado como uma alternativa de resistência e sustentação da população negra contra o racismo e as desigualdades sociais, é interessante pensarmos que o fator “educação” é um grande desafio a ser enfrentado, que envolve os principais pontos da desigualdades, porque, as oportunidades de formalização deste mercado a passa a escolher quem têm qualificação de quem não têm. (LEMOS, 2019). É nesse sentido, a educação cria uma divisão entre os qualificados para determinados setores daqueles que não são, que irão trabalhar mais e ganhar menos, como apontado pela autora Lemos (2019):

É necessário educação, capacitação e direitos para os trabalhadores negros em geral e neste caso, para as transistias, para que se apropriem de ferramentas de negócios e que o seu conhecimento e saber sejam mais valorizados para assim conseguirem melhores condições sociais e econômicas, fora da informalidade. Pois, é natural que a população que tenha a maior vulnerabilidade, que tenha a maior dificuldade de

empregabilidade, busque formas alternativas e hoje ditas empreendedoras para poder buscar a sua sobrevivência dentro da estrutura social capitalista. (LEMOS, 2019, p. 866)

A autora menciona justamente a questão da necessidade de “educação/capacitação”, se referindo não só a formação do ensino escolar do fundamental ao médio, como também, a formação referente aos cursos profissionalizantes, técnica e profissional. (LEMOS, 2019). Apesar da autora mencionar estes pontos como necessário para diminuir as desigualdades no meio trabalhista, muitos negros e negras não conseguiam estas formações por estarem trabalhando oras e oras no mercado informal, e dessa forma mantendo permanente a vulnerabilidade entre a população negra. (LEMOS, 2019). Tal vulnerabilidade toma um rumo maior com a incorporação do capitalismo na sociedade, como reitera o autor Arantes (1981), que nas sociedades industriais, como nos sistemas capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são pensados e vivenciados como realidades profundamente diferentes.

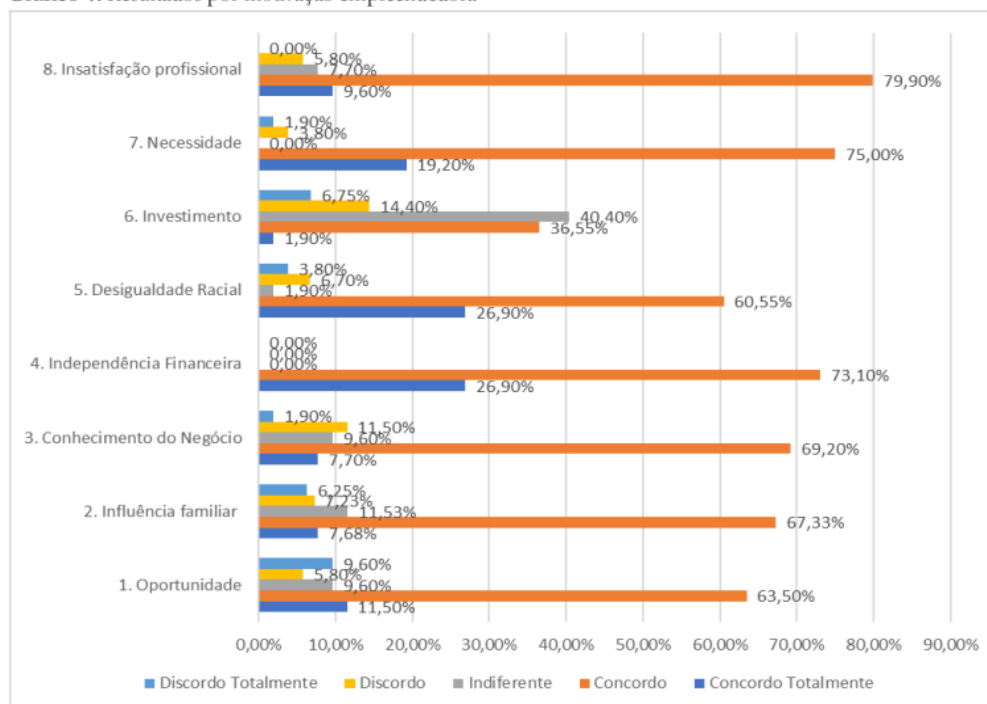
“(…) Tudo se passa como se “fazer” fosse um ato naturalmente dissociado de “saber”. Essa dissociação entre “fazer” e “saber”, embora a rigor falsa, é básica para a manutenção das classes sociais pois ela justifica que uns tenham poder sobre o labor de outros.” (ARANTES, 1981, p. 13 e 14). Ou seja, o capitalismo, aumentou não só as mazelas na sociedade como também dificultou a presença da população negra nas instituições de ensino, porém, é interessante também mencionar, que com o passar do tempo movimentos negros com lutas e resistências conseguiram criar possibilidades nos governos tendo a criação de políticas públicas que reintegrasse a população negra nas instituições de ensino, como a autora menciona sobre o ProUni, que segundo ela “é uma referência ao programa do Governo Federal que concede bolsas de estudo superior em faculdades particulares a estudantes de famílias de baixa renda, e que democratizou o acesso à universidade no Brasil. O programa foi criado em 2005, concebido por Fernando Haddad, na época Ministro da Educação, no governo Lula”. (LEMOS, 2019, p. 868). Por isso, Alves & Fonseca (2021), explica que tanto o termo empreender, quanto o afroempreendedorismo, são termos destacados no século XXI. Que, mesmo assim, há muito ainda para se desbravar, ainda que o Brasil tenha despertado, principalmente na atualidade, para a construção e desenvolvimento de uma educação empreendedora. E, dentro deste contexto, será visto a motivação do afroempreendedorismo, que os autores destacam, as mulheres negras e seus desafios para se tornarem empreendedoras e se destacar cada vez mais na sociedade quanto

a um todo e a diversos setores da economia empregatícia. (ALVES & FONSECA, 2021, p. 17)

Em 2020, estes autores fizeram uma análise, utilizando a metodologia de entrevista com questionários abertos, para apontar a porcentagem da população negra que são afroempreendedores na região metropolitana. Os resultados que se contatou através das respostas de 52 empreendedores negros, a maior parte são compostas por mulheres, negras na faixa etária média de idade 18 e 35 anos. Eles também observaram que os afroempreendedores são considerados jovens e que possuem iniciativa de começar um novo empreendimento. (ALVES & FONSECA, 2021, p. 23).

Em relação ao grau de instrução, a maioria das empreendedoras dessa análise 40,40% deles têm ensino superior completo, 34,60% dos afroempreendedores possuem somente ensino médio completo, já que a busca pelo aprendizado, conhecimento e sucesso também foi atributo dos afroempreendedores desta pesquisa. Em relação ao tempo do empreendimento, chama a atenção que o grupo mais ativo de afroempreendedores é aquele composto por pessoas com apenas entre 1 a 2 anos, respectivamente: 30,80% e 38,50% estabeleceram o negócio inicialmente. (ALVES & FONSECA, 2021, p. 23).

Gráfico 4: Resultados por motivação empreendedora



Fonte: Do Autor (2020)

O gráfico acima, foi criado pelos autores para demonstrar, dentro da pesquisa de campo realizada por eles, os motivos que levaram esta população negra a se tornarem empreendedoras. Uma proporção grande das amostras comprovam que entre os fatores, estão a falta de oportunidade e necessidade financeira, sendo que, as duas motivações desempenham diversos papéis tendo um peso significativo na vida pessoal e profissional. Apesar de ambas as respostas expressarem motivações a empreenderem, porém pode se afirmar que os empreendedores são motivadas pelo impulso da necessidade, entre os outros motivos estão: insatisfação profissional, conhecimento do negócio, independência financeira, descontentamento profissional e para obter uma qualidade de vida pessoal. (ALVES & FONSECA, 2021, p. 26).

Outro fator muito importante nesta pesquisa, é em relação aos fatores desigualdade racial, pois isso é caracterizada como outra motivação importante detectada por essa análise, entre os empreendedores negros dessa pesquisa, muitos afirmaram que já tiveram e sofreram alguma desigualdade racial. (ALVES & FONSECA, 2021, p. 26). Outros, ainda no mundo corporativo, sofreram preconceito, e por se sentirem diminuídos na sociedade, por estarem à frente de cargos de poder, decidiram iniciar seu próprio negócio empreendendo. Ou seja, a educação sempre está presente sobre os fatores de uma vida profissional bem sucedida, que nesta análise mostra o afroempreendedorismo como uma alternativa para aqueles que são contemplados por ela e aqueles que não são. (ALVES & FONSECA, 2021). Para a autora Jaci Meneses (2009), essa desigualdade é marcada pelo:

[...] o pós-abolição não correspondeu às expectativas dos abolicionistas. [...] A sociedade brasileira reverteu para as regras que haviam sido ameaçadas pela experiência abolicionista e milhões de brasileiros, descendentes dos escravos, continuaram vivendo de forma semelhante àquela em que viviam sob a escravatura, dado à indigência a que foram lançados. A abolição da escravatura não criou as condições para que os antigos escravos pudessem alcançar a igualdade, a cidadania plena (MENESES, 2009, p. 100).

Tais aspectos são explicados pelas as autoras Ana Lima e Tânia Benevides (2018), como irônico, ao que foi considerado como o período da “libertação dos escravos”, sendo que, a população negra, residente do Brasil, não foi contemplada com o tratamento social igualitário a população branca, de modo que permitisse a sua autoafirmação como cidadãos e portadores dos direitos que deveriam lhes ser assistidos. Assim, sobrou para eles opções adversas de sobrevivência. (LIMA & BENEVIDES, 2018, p. 17)

3. AFROEMPREENDEDORISMO COMO GARANTIA DA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DE INCENTIVOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As autoras Lima e Benevides (2018), consideram o afroempreendedorismo como uma nova estratégia que garante a redução da desigualdade social através de incentivos de políticas educacionais e sociais, principalmente por está associada ao empoderamento da cultura negra em diversos setores sociais. Sobre este ponto a autora Santos (2021), afirma que:

[...] compreendemos o afroempreendedorismo dentro da economia criativa como uma manifestação que busca resgatar a ancestralidade e trabalhar com a cultura negra. Em um primeiro momento, o objetivo do empreendimento é a geração de renda e trabalho, para a sobrevivência da comunidade; entretanto, esse motivo não está descolado da ambição de transformar a realidade em que se vive. Empreender por necessidade não é uma prática nova para a população negra. As primeiras iniciativas afroempreendedoras remontam do tempo da escravidão. (SANTOS, 2021, p. 54)

Podemos mencionar também, como atividades empreendedoras da população negra, a culinária, o comércio de panos e sabão, a expressão artístico musical, a produção e a comercialização de balaio eram desenvolvidas por negros libertos entre os séculos XVII e XIX, sendo todas as práticas citadas, na contemporaneidade, se encaixam em uma das quatro vertentes da economia criativa. (FREYRE, 2003; SANTOS, 2021, p. 54). As autoras mencionam ainda, que nos últimos anos, no Brasil, por exemplo, demonstrou avanços com relação à democratização dos espaços sociais e acesso à informação, viabilizando a inclusão social e a mobilidade entre as classes sociais, que são processos ligados ao ato de empreender.

Que, segundo Baggio & Baggio (2014), o papel das empresas como espaços de apoio à propiciação dessa democratização, pois as micro e pequenas empresas são uma opção democrática “[...] por que abre oportunidades para grupos por vezes discriminados no mercado de trabalho, como negros e mulheres.” (BAGGIO & BAGGIO, 2014, p.26). Neste aspecto, pode reverter na contemporaneidade, os resquícios deixados pelo período que historicamente a população negra esteve marginalizada devido à ausência de programas de inclusão social desde o período pós-escravocrata, sem que houvesse planejamento para que essa população fosse inserida às atividades básicas de garantia à subsistência e dignidade do cidadão. (LIMA & BENEVIDES, 2018, p. 17).

Santos (2021), ainda destaca que “no século XXI, o principal fator que impulsionou o afroempreendedorismo foi a promoção de políticas específicas para a população negra. Em 2003, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo principal era a redução das desigualdades de raça” . (SANTOS, 2021, p. 54). Neste mesmo contexto, a autora aponta sobre o fomento à adoção de políticas de reserva de vagas para pessoas negras nas universidades e no mercado de trabalho, objetivando a inclusão de programas de diversidade racial nas empresas, entre outras medidas, pois:

A manutenção destas políticas no começo da década de 2010, por meio de documentos como o Estatuto da Igualdade Racial favoreceu o debate sobre empreendedorismo negro como alternativa para gerar trabalho e renda. Ainda assim, à época, verificou-se a necessidade de formulação de uma agenda de ações para promover o afroempreendedorismo. Um dado interessante sobre este período é o crescimento no número de empreendedores negros. (SANTOS, 2021, p. 55)

Antes de analisarmos os levantamentos do DataSebrae, entre 2001 e 2014, devemos entender a relação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), sendo esta uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendedores de micro e pequenas empresas. (SEBRAE, 2017). Esta entidade objetiva o fortalecimento do empreendedorismo e a aceleração dos processos de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. Sendo ela utilizada como fator importante no fortalecimento entre educação/profissionalização/afroempreendedorismo. (SEBRAE, 2017; SANTOS, 2021).

Pois ela permite a realização de soluções voltadas à atender o empreendedor, que pretende abrir seu primeiro negócio até pequenas empresas que já estão consolidadas e buscam um novo posicionamento no mercado, além da sede nacional, em Brasília, a instituição conta com pontos de atendimento nas 27 Unidades da Federação. (SEBRAE, 2017). Todas oferecem cursos, seminários, consultorias e assistência técnica para pequenos negócios de todos os setores. Apesar desta entidade promover capacitação e promoção ao desenvolvimento, ela não é uma instituição financeira, neste sentido, ela não opera com empréstimos financeiros para os menos desfavorecidos que almejam abrir seu próprio negócio do zero. (SEBRAE, 2017).

Mesmo assim, com a ajuda desta entidade, entre outras, constatou-se que entre 2001 e 2014, a quantidade de negros empreendedores subiu 8%, o dado foi baseado na plataforma

Portal do Empreendedor do Governo Federal, ainda de acordo com a pesquisa, em 2014, 51% (12,8 milhões) dos empreendedores se autodeclaravam como negros. (SEBRAE, 2017). Em 2018, mais de 51 milhões de brasileiros eram empreendedores, conforme os resultados da pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)* no Brasil, que também apontou, em parceria com o Sebrae, que os negros correspondem a 51% dos empresários no Brasil. Mas, infelizmente, são apenas 1% entre os que ganham de R\$ 60 mil a R\$ 360 mil e correspondem a 60% dos empreendedores que não lucram nada. (IBQP 2018; AMARTINE & QUEIROZ, 2022, p. 7).

Figura 3: Sebrae- A força do empreendedor brasileiro



Fonte: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos

De fato, a participação da população negra nas atividades realizadas pelo Sebrae, bem como as porcentagens que são significativas demonstrando o quanto essa população está conseguindo alcançar um desenvolvimento no setor econômico de empreendedorismo e que por isso, frequentemente aparecem nas propagandas destas entidades, sorrindo e dando depoimentos de uma vida financeira estruturada, como trago na **figura 3**. Não podemos descartar que, afirmar com orgulho, que os negros são maioria entre os empreendedores, não irá apagar a realidade demonstrada na prática, esses empreendimentos sejam sustentáveis, como apontado pelo levantamento do GEM, realizado pelo Sebrae em 2017, que 38,8% dos pequenos negócios eram geridos por negros, porém, como aponta a empresa brasileira Boa

Vista SCPC, em 2018, 96,5% das falências são de pequenas empresas dessa população. (GEM, 2017; SEBRAE, 2017; SCPC, 2018; SANTOS, 2021)

Partindo destes pressupostos, é pertinente a afirmação da autora Santos (2021) sobre estes dados que “a partir desses dados é possível estabelecer a relação de que, como a maior parte dos pequenos negócios são geridos por pessoas negras e o maior índice de falência ocorre entre micro e pequenas empresas, os negócios que mais vão à falência são os de pessoas negras” (SANTOS, 2021, p. 55). Isso nos faz recordar, de que como negros estamos inseridos em na globalização tanto quanto fabula quanto a perversa, sendo uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que uma pequena gama da população negra prospera através do afroempreendedorismo, uma grande parte nem consegue entrar neste sistema, e uma outra parte que consegue acaba falindo no meio do caminho. Isso nos leva a compreender também que vivemos em uma bolha de fábula do empreendedorismo, como destaca a autora, ela foi vitoriosa, enquanto narrativa dominante na mídia hegemônica, com a ideia de que abrir o próprio negócio é a única possibilidade para prosperar no mercado de trabalho e que todas as pessoas são capazes de empreender. (SANTOS, 2021, p.56)

Que ao mesmo tempo, para se fazer isso é necessária a realização de cursos profissionalizantes, técnicos-médios e superiores, além de toda burocracia, em relação às regras e cadastros, impostas por estas instituições em si, o que não era mencionado nesses meios midiáticos, que já era também uma forma de filtragem do público. Isso prova, o que Milton Santos (2000), descreve em seu livro “*Por outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal*”, sobre a “máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, 2000, p. 9).

Ou seja, se constrói um sistema a partir da “oportunidade”, sistema este que não deixa de ser de exclusão, que também é permissivo, pois, ele acaba seguindo a lógica capitalista, que além de sustentar as desigualdades, também retroalimentam narrativas universalizantes de prática que demandam do aprimoramento técnico e do conhecimento específico sendo mascaradas por discursos meritocráticos. (SANTOS, 2021, p. 56).

Assim o círculo de narrativa reforça estereótipos, em frases, “quem não estuda nada têm”, por exemplo, contribui com a responsabilização do indivíduo pelo fracasso, por desconsiderar o contexto de cada vivência e experiência, sendo isso, uma camuflagem a

competitividade do atual estágio do capitalismo ao mesmo tempo que desumaniza as pessoas e os processos envolvidos no ato de empreender (SANTOS, 2000; SANTOS, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos o contexto histórico sobre o afroempreendedorismo, percebemos que muitas pesquisas, artigos e dossiês, ampliam nossos horizontes para construção de perspectivas de superação das desigualdades sociais por meio da geração de trabalho e renda, da criação de ferramentas para combater o racismo em suas múltiplas manifestações na sociedade brasileira, através desse afroempreendedorismo, que muitos autores chamam de “economia preta”. Apesar dos dados trazidos neste artigo pelas instituições, indicarem que o afroempreendedorismo é uma potência de transformação social, como também, um resgate da ancestralidade negra, que transforma a realidade desta população, convertendo a baixa renda em uma renda dos sonhos, possibilitando, a essa população acessos e bens. A como pano de fundo demonstrado, ao passo que os dados avançam, ele evidencia o quão complexo é enfrentar o racismo e as desigualdades sociais, sendo eles, elementos fundante, estruturante e replicante em nossa sociedade.

582

Além das dificuldades de inserção no mercado de trabalho pela “não capacitação”, as disparidades de rendimentos entre brancos e negros, a vulnerabilidades desses afroempreendedores. Apesar da participação da população negra nas atividades realizadas pelo Sebrae, bem como as porcentagens que são significativas demonstrando o quanto essa população está conseguir alcançar um desenvolvimento no setor econômico, não podemos apenas afirmar com orgulho, que os negros são maioria entre os empreendedores, enquanto 96,5% das falências são de pequenas empresas dessa população.

Partindo destes pressupostos, a partir desses dados é possível entender que a maior parte dos pequenos negócios são geridos por pessoas negras e o maior índice de falência. Isso nos faz recordar, de que como negros estamos inseridos em na globalização tanto quanto fabula quanto a perversa, ou seja, vivemos em uma bolha de fábula do empreendedorismo, que foi vitoriosa, enquanto narrativa dominante na mídia hegemônica, com a ideia de que abrir o próprio negócio é prosperar no mercado de trabalho e que todas as pessoas são capazes de empreender. Logo, é imprescindível evidenciar o protagonismo da população negra frente às dificuldades colocadas pelo racismo e as mudanças da conjuntura macroeconômica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elson Thales, FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca e. **Motivação do Afroempreendedorismo Feminino e a Economia Étnica: um levantamento em São Luís (MA)**. CGE, Rio de Janeiro, v. 9 : jan. – abr. 2021

ARANTES, Paulo Eduardo. Hegel – **A ordem do tempo**, São Paulo: Editora Polis, 1981.

AMARTINE, Daniela Nunes de, QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa. **Discutindo o afroempreendedorismo**: reflexões sobre o conceito a partir dos casos brasileiro e colombiano. Escola de direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. REVISTA DIREITO GV : SÃO PAULO, V. 18 N. 2, 2022.

BAGGIO, Francisco Adelar; BAGGIO, Daniel Knebel. **Empreendedorismo**: Conceitos e Definições. Rev. De Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, 2014.

CARDOSO, F. H. “**Pronunciamento do Presidente da República na abertura do seminário multiculturalismo e racismo**”. In SOUZA, Jessé (Org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1816-1831- Desenhos e aquarelas**. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/vida-urbana-no-brasil-segundo-debret/> Acesso em: 04 Agos. 2022

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói , v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

Domingos, A. B., Pimentel, J. M. V., & Queiroz, W. N. (2018). **Diáspora. black transformando a segregação em segmentação no turismo**. Anais do Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Foz do Iguacu, PR, Brasil, 12.

DOMINGUES, Joelza Ester. **A vida urbana no Brasil, segundo Debret**. Blog: Ensinar História- Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/vida-urbana-no-brasil-segundo-debret/>. Acesso em: 04 Agos. 2022

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 36680 de 18 de agosto de 2015**. Institui o Programa Afroempreendedor. Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação das famílias brasileiras sob o regime da economia patriarcal. 48a. ed. São Paulo: Global, 2003.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. “**Negros são maioria nos pequenos negócios do Brasil**”. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/negros-sao-maioria-nos-pequenos-negocios-do-brasil,d25df465d2d27610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 04/09/2022.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor; IBQP, Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade; SEBRAE; UFPR, Universidade Federal do Paraná. GEM **Relatório Executivo 2018**. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>>. Acesso em 04/09/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (IBQP). **Análise dos resultados do GEM 2017 por raça/cor.** [S.l.], 2018.

LIMA, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.** Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo , n. 87, p. 77-95, July 2010 .

LOPEZ, Laura Cecilia. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** Interface (Botucatu), Botucatu , v. 16, n. 40, p. 121-134, Mar. 2012.

LE MOS, Lindrielli Rocha. **O afroempreendedorismo: saber tradicional, empoderamento e contribuição à indústria criativa.** Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 861 – 879, set. 2019.

LIMA, Ana Karoline dos Santos, BENEVIDES, Tânia Moura. **Collaborative Economy and AfroEntrepreneurship: An Analysis of the These two Concepts in UJAMAA Coworking.** Artigo-Dossiê, 2018.

MENESES, Jaci Maria Ferraz de. **Abolição no Brasil: A construção da liberdade.** Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009.

NOCKO, L. M.; ROLIM, M. F. S.; ROSA, T. M. R.; GUIMARÃES, P. M. N. **Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal.** Brasília: Codeplan, 2016.

OLIVEIRA, Natália de. **Afro-entrepreneurship in tourism, racial inequality and strengthening of black identity.** Revista de Turismo Contemporâneo, Natal, v. 9, n. 1, p. 42-63, jan./abr. 2021

Oliveira, T. S. (2019). **Redes sociais na internet e a economia étnica: um estudo sobre o afroempreendedorismo no Brasil.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo, Brasil.

PASSOS, Ana Luiza Almeida. **A socialização da população negra no pós-abolição de não trabalhadores assalariados a afroempreendedores.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Orientadora: Prof^ª. Dra. Élen Cristiane Schneider: Foz Do Iguaçu, 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Os donos de negócio no Brasil: análise por raça/cor (2003-2013).** Brasília: SEBRAE, 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Feiras de afroempreendedores: análise de um mercado emergente no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Sebrae, 2017.

SANTOS, Ana C. M. **Grana preta: por um afroempreendedorismo sustentável na internet.** Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação e Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Orientador prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier: Bauru, 2021.

SCPC, Boa vista. **“Pedidos de falência caem 16,0% em 2018”**, Disponível em: <<https://www.boavistaservicos.com.br/noticias/pedidos-de-falencia-caem-160-em-2018/>>. Acesso em 04/09/2022.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização**: do pensamento único ao pensamento universal. – São Paulo: Editora Record, 2000.

SEBRAE. **O que é ser empreendedor?** - Sebrae. 2019. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 09 Agos. 2022.

TEIXEIRA, Lineker Gomes. **Afroempreendedores**: desafios e oportunidades para empreendedores negros no Distrito Federal. Monografia título de Bacharel em Administração. Professor Orientador: Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira: Brasília-DF, 2017.